

Lon L. Fuller

A MORALIDADE DO DIREITO

Tradução e notas explicativas:

Augusto Neves Dal Pozzo

Gabriela Bresser Pereira Dal Pozzo

SÃO PAULO

2022



CONTRACORRENTE

Copyright © 1964 by Yale University Originally published by Yale University Press

Copyright © EDITORA CONTRACORRENTE

Alameda Itu, 852 | 1º andar |

CEP 01421 002

www.lojo-editorocontrocorrente.com.br

contoto@editorocontrocorrente.com.br

EDITORES

Camilo Almeida Janelo Volim

Gustavo Marinho de Carvalho

Rofael Volim

Wolfrido Worde

Silvio Almeida

EQUIPE EDITORIAL

COORDENAÇÃO DE PROJETO: Juliano Doglio

PREPARAÇÃO DE TEXTO E REVISÃO: Douglas Magalhães

REVISÃO TÉCNICA: Amanda Dorth

DIAGRAMAÇÃO: Pablo Madeiro

CAPA: Moikon Nery

EQUIPE DE APOIO

Fobiono Celli

Carlo Vasconcellos

Fernando Pereira

Valério Pucci

Regina Gomes

Natholio Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

1221691

Fuller, Lon L., 1902-1978

A moralidade do Direito / Lon L. Fuller ; tradução
Augusto Neves Dal Pozzo, Gabriela Bresser Pereira Dal
Pozzo. -- São Paulo : Editoro Contracorrente, 2022.

ISBN 978-65-5396-037-4

1. Direito e ética 2. Direito - Filosofia
3. Direito - Teoria I. Título.

22-115897

CDU-34:17

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito e ético 34:17

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

@editoracontrocorrente

f Editoro Contracorrente

@ControEditora

SUMÁRIO

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO	9
PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO	11
CAPÍTULO I - AS DUAS MORALIDADES	13
1.1 As moralidades do dever e da aspiração	15
1.2 A escala moral	20
1.3 O vocabulário das morais e as duas moralidades	24
1.4 A utilidade marginal e a moralidade da aspiração	27
1.5 A reciprocidade e a moralidade do dever	31
1.6 Localização do ponteiro na escala moral	41
1.7 Benefícios e sanções	44
CAPÍTULO II - A MORALIDADE QUE TORNA O DIREITO POSSÍVEL	47
2.1 Oito maneiras inadequadas de elaborar a lei	48
2.2 As consequências da insuficiência	53
2.3 Aspirações para a perfeição da legalidade	56
2.4 Legalidade e cálculo econômico	59
2.5 A generalidade do Direito	61
2.6 Promulgação	65

2.7 Leis retroativas	68
2.8 A clareza das leis	80
2.9 Contradições nas leis	83
2.10 Leis que preconizam o impossível	88
2.11 A constância da lei ao longo do tempo	99
2.12 Congruência entre a ação do Estado e a norma posta	101
2.13 Legalidade entendida como artes práticas com um propósito utilitário	112
CAPÍTULO III - O CONCEITO DE DIREITO	117
3.1 Moralidade jurídica e Direito Natural	118
3.2 Moralidade do Direito e o conceito de Direito Positivo	129
3.3 O conceito de ciência	144
3.4 Objeções ao ponto de vista sobre Direito aqui abordado	148
3.5 O conceito de Direito de Hart	161
3.6 O Direito como um empreendimento com propósito e o Direito como um fato manifesto do poder social	175
CAPÍTULO IV - O PROPÓSITO MATERIAL DO DIREITO	183
4.1 A neutralidade da moralidade do Direito em relação a seus propósitos materiais	184
4.2 A legalidade como condição de eficácia	187
4.3 Legalidade e justiça	189
4.4 Moralidade do Direito e leis objetivando malefícios que não podem ser definidos	192
4.5 A visão do homem que está implícita na moralidade do Direito	195
4.6 O problema dos limites da ação jurídica efetiva	201

4.7 Moralidade do Direito e alocação de recursos econômicos	203
4.8 A moralidade do Direito e o problema do <i>design</i> institucional	212
4.9 Projeto institucional considerado como um problema econômico	213
4.10 O problema em definir a moral da comunidade	217
4.11 O conteúdo mínimo de uma lei natural substantiva	219

CAPÍTULO V - UMA RÉPLICA ÀS CRÍTICAS

223

5.1 A estrutura do positivismo jurídico analítico	228
5.2 Será que algum respeito, ainda que mínimo, pelos princípios de legalidade é essencial para a existência de um sistema jurídico?	234
5.3 Os princípios da legalidade constituem uma “moralidade interna do Direito”?	238
5.4 Algumas implicações do debate	265

APÊNDICE - O PROBLEMA DO INFORMANTE RESSENTIDO

287

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

297